



SUMÁRIO

Capítulo I

ASPECTOS HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA.....	79
1.1. Notas Introdutórias	79
1.2. O Direito Romano.....	84
1.3. A Influência Grega	87
1.4. O Direito Árabe.....	89
1.5. Origens no Direito Europeu: França e Espanha	90
1.6. A Evolução no Direito Brasileiro	97
1.7. Conclusões.....	100

Capítulo II

O EXERCÍCIO DA MEDICINA E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

ASPECTOS ATUAIS DO DIREITO BRASILEIRO E ESPANHOL.....	103
2.1. Notas Introdutórias	103
2.2. Definições Doutrinárias.....	107
2.3. Elementos de Direito Comparado: Paralelos ao Direito Espanhol.....	112
2.3.1. Aspectos da jurisprudência espanhola.....	114
2.3.2. A responsabilidade por produto defeituoso.....	119
2.4. Implicações Práticas da Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Atividade Médica.....	122
2.4.1. O dano moral. Fundamentos jurídicos e sua quantificação.....	122
2.4.2. A controvérsia sobre a inversão do ônus da prova	127
2.4.3. A publicidade, seus efeitos e consequências	129
2.4.4. Outros aspectos relevantes.....	134
2.5. As Alterações Legislativas Introduzidas pelo Novo Código Civil	137
2.6. A Construção do Entendimento Jurisprudencial Brasileiro	140
2.7. Conclusões.....	146

Capítulo III

DIFERENÇAS ENTRE O CONSENTIMENTO INFORMADO E A ESCOLHA ESCLARECIDA, COMO EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL NA RELAÇÃO MÉDICO X PACIENTE.....

3.1. Notas Introdutórias	149
---------------------------------------	------------

3.2.	A Bioética e o Princípio da Autonomia do Paciente.....	160
3.2.1.	Aspectos legais da autonomia do paciente no direito brasileiro...	161
3.3.	A Escolha Esclarecida e a Relação Médico x Paciente sob a Ótica do Código de Defesa do Consumidor.....	168
3.4.	Escolha Esclarecida e Dever de Informação.....	177
3.5.	Conclusões.....	179

Capítulo IV

O “CONSENTIMENTO PRESUMIDO”, A AUTONOMIA RELATIVA E AS INOVAÇÕES DA LEI DE TRANSPLANTES BRASILEIRA		183
4.1.	Notas Introdutórias	183
4.2.	Evolução Jurídica no Ordenamento dos Transplantes de Órgãos e Tecidos no Brasil.....	184
4.3.	A Lei nº 9.434/97 e o “Consentimento Presumido”	186
4.4.	Conclusões.....	191

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À PRESCRIÇÃO DO ERRO MÉDICO		193
5.1.	Notas Introdutórias	193
5.2.	A Prescrição no Novo Código Civil.....	197
5.3.	A Relação Médico x Paciente Enquanto Relação de Consumo. A Prescrição na Lei nº 8.078/90	198
5.4.	Prazos Prescricionais Contra a Fazenda Pública	202
5.5.	A Prescrição no Processo Administrativo	206
5.6.	Conclusões.....	209

Capítulo VI

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO. A CIRURGIA PLÁSTICA COMO OBRIGAÇÃO DE MEIO.....		211
6.1.	Notas Introdutórias	211
6.2.	Definições Conceituais	215
6.3.	O Posicionamento das Doutrinas Nacional e Estrangeira.....	219
6.4.	O Posicionamento dos Tribunais.....	234
6.5.	Conclusões.....	243

Capítulo VII

A ANÁLISE DO CONTRATO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOB A PERSPECTIVA DA AUTONOMIA DA VONTADE E DO INADIMPLEMENTO.....		247
7.1.	Contextualização	247
7.2.	A atividade médica: obrigação contratual ou relação de consumo?	249
7.3.	As características do contrato de serviços médicos.....	256
7.3.1.	As obrigações do médico.....	257
7.3.1.1.	Obrigações acessórias.....	259

7.3.2. As obrigações do paciente	264
7.4. O inadimplemento e seus efeitos	265
7.5. Conclusões	268

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE CIVIL ODONTOLÓGICA: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS	271
--	-----

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE CIVIL HOSPITALAR: BREVES NOTAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS	281
9.1. Notas Introdutórias	281
9.2. O Contrato Hospitalar e seus Elementos Definidores	283
9.2.1. Dos diferentes tipos de contrato hospitalar	286
9.3. Elementos Jurisprudenciais	292
9.4. Conclusões	296

Capítulo X

A RESOLUÇÃO CFM 1805/2006 E OS CUIDADOS PALIATIVOS: REFLEXÕES SOBRE SEUS ASPECTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS	299
--	-----

Capítulo XI

ASPECTOS JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO <i>POST MORTEM</i> , EM PERSPECTIVA COMPARADA BRASIL-PORTUGAL	315
11.1. Apresentação do caso	315
11.2. Reprodução <i>post mortem</i>	318
11.2.1. Inseminação/fertilização <i>post mortem</i>	319
11.2.1.1. As grandes decisões	321
11.2.1.2. Questões atinentes ao consentimento	325
11.2.2. Transferência <i>post mortem</i>	326
11.3. A solução à luz da lei portuguesa	328
11.4. A solução à luz da lei brasileira	329
11.5. Considerações críticas	332

Capítulo XII

O PAPEL DO ADVOGADO NA PREVENÇÃO DE DEMANDAS MÉDICAS	335
12.1. Introdução	335
12.2. A Especialização como Diferencial	337
12.2.1. Diferença de enfoque entre demandas éticas, administrativas e processos judiciais	338
12.3. O Aconselhamento Constante e Preventivo	341
12.4. A Necessidade da Construção de Novos Caminhos	347
12.5. Conclusões	348

Capítulo XIII

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL: FERRAMENTA DE APOIO PARA A PROFILAXIA DO ERRO MÉDICO.....	351
13.1. Introdução	352
13.2. Pano de Fundo para o Debate Atual. Custo x Investimento.....	354
13.3. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional sob a Ótica do Código Civil.....	357
13.4. Vantagens e desvantagens	360
13.5. O Seguro como um caminho necessário	366
13.6. Conclusões.....	369

Capítulo XIV

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: PANORAMA ATUAL NO DIREITO BRASILEIRO – ASPECTOS LEGAIS E DEONTOLÓGICOS.....	371
14.1. Introdução	371
14.1.1. Direito ao planejamento familiar e à reprodução como direito fundamental.....	373
14.1.2. Do <i>status</i> jurídico do embrião criopreservado	374
14.1.3. Do consentimento na procriação medicamente assistida – do momento limite para sua revogação.....	378
14.2. A construção do ordenamento jurídico em material de reprodução humana assistida	383
14.3. As resoluções do Conselho Federal de Medicina – Eficácia para o preenchimento de lacunas legislativas.....	392
14.4. Desafios para uma construção jurisprudencial.....	407
14.5. Conclusões.....	421

Capítulo XV

A LEI Nº 25/2016, DE 22 DE AGOSTO, E OS CONTRATOS DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO EM PORTUGAL.....	423
Introdução	424
15.1. Contrato de gestação de substituição tradicional e por FIV.....	426
15.2. Quem pode recorrer à gestação de substituição em Portugal?	429
15.3. Quem pode ser gestante de substituição em Portugal?	433
15.4. A criminalização dos contratos de gestação de substituição a título oneroso.....	435
15.5. Considerações finais.....	438

Capítulo XVI

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MEDICINA – UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	439
Introdução	440
16.1. Notas gerais sobre ética médica e bioética.....	440

16.2. A função social do profissional da medicina e o dever de respeito à autonomia da paciente.....	442
16.3. Violência obstétrica.....	446
16.3.1. Episiotomia.....	446
16.3.2 Cesárea.....	454
16.3.3. Esterilização não consentida.....	458
16.3.4. Outros casos de violência obstétrica.....	463
16.4. Considerações finais.....	468

Capítulo XVII

A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE EM CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NO DIREITO BRASILEIRO.....	471
---	------------

17.1. Introdução.....	471
17.2. O sistema jurídico brasileiro de compensação de danos.....	474
17.3. A inadequação da teoria da perda de uma chance à atividade médica....	476
17.4. Uma análise sobre os recentes desenvolvimentos jurisprudenciais.....	482
17.5. Conclusões.....	485

Capítulo XVIII

RECUSA TERAPÊUTICA E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA. BREVE ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 2.232/2019 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. UM PECULIAR CONCEITO DE AUTONOMIA DO PACIENTE.....	487
---	------------

Capítulo XIX

PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA: DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO EM QUESTÕES RELATIVAS À PRESCRIÇÃO	503
Conclusões	515

Capítulo XX

CUIDADOS PALIATIVOS, PRIVACIDADE E INTIMIDADE – OS LIMITES À EXPOSIÇÃO DO PACIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS.....	517
20.1. Introdução.....	517
20.2. Do disciplinamento da publicidade, propaganda, autopromoção e uso de imagem dos pacientes nos códigos de ética das profissões de saúde..	520
20.2.1. Medicina.....	521
20.2.2. Psicologia.....	523
20.2.3. Enfermagem.....	524
20.2.4. Fisioterapia.....	525
20.2.5. Nutrição.....	527
20.2.6. Odontologia.....	527
20.3. Da proteção legal da intimidade e privacidade no direito brasileiro.....	530
20.4. Conclusões.....	532

Capítulo XXI

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO MANUSEIO E TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS EM SAÚDE – APONTAMENTOS EM RAZÃO DA LGPD.....	533
21.1. Notas Introdutórias	533
21.2. Dados Sensíveis em Saúde.....	536
21.3. Do Consentimento para tratamento de dados sensíveis em saúde.....	542
21.4. Responsabilidade ética e responsabilidade civil.....	546
21.5. Considerações finais.....	551

Capítulo XXII

DESAFIOS REGULATÓRIOS PARA A TELEMEDICINA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAL DE MEDICINA	553
22.1. Notas introdutórias.....	553
22.2. O histórico da telemedicina	555
22.3. Novos dilemas e suas possíveis soluções no âmbito dos conselhos.....	557
22.4. A LGPD e o atendimento em ambiente não presencial	563
22.5. Das inadequações entre a regulamentação ético-deontológica e a noção de ambiente virtual.....	565
22.6. Conclusões.....	568

Capítulo XXIII

MEDICINA REGENERATIVA, CÉLULAS-TRONCO E TERAPIA CELULAR: NOVOS DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	573
23.1. Notas introdutórias.....	573
23.2. Medicina regenerativa e terapia celular: uma visão geral dos avanços recentes na medicina regenerativa e terapia celular, e como eles estão sendo aplicados para tratar várias doenças e condições.....	575
23.3. Desenvolvimento e regulamentação de terapias celulares: um olhar mais atento sobre as questões regulatórias envolvendo a pesquisa e o desenvolvimento de terapias celulares, incluindo questões éticas e de segurança	576
23.4. Benefícios e riscos da terapia celular: uma análise dos benefícios potenciais e dos riscos associados à terapia celular, incluindo possíveis efeitos colaterais e complicações	580
23.5. Conclusões.....	585

Capítulo XXIV

DILEMAS BIOÉTICOS: CONSENTIMENTO INFORMADO, O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA E O ANALFABETISMO FUNCIONAL	589
24.1. Introdução	589
24.2. Breve panorama sobre o analfabetismo funcional no Brasil	592
24.3. Entre a realidade e a bioética: capacidade jurídica para consentir	600
24.4. Aspectos práticos da transmissão de informações para pacientes com dificuldades de compreensão. A autonomia limitada.....	607
24.5. Conclusões.....	609

Capítulo XXV

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A PUBLICIDADE E PROPAGANDA NA ATIVIDADE MÉDICA EM SEUS ASPECTOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS. A NOVA RESOLUÇÃO CFM Nº 2.336/2023	611
25.1. Introdução	611
25.2. Alterações relevantes advindas da nova resolução	613
25.2.1. Adaptação aos novos meios de comunicação	616
25.2.2. Maior ênfase na transparência e veracidade	618
25.2.3. Regulamentação de testemunhos e endossos.....	619
25.2.4. Diretrizes claras para o Antes e Depois.....	621
25.2.5. Foco na proteção do paciente	622
25.3. Dilemas, inconsistências e novos desafios	624
25.4. O direito comparado: Portugal e Espanha	628
25.5. Conclusões.....	638

Capítulo XXVI

A INVIABILIDADE JURÍDICA DO DANO ESTÉTICO TEMPORÁRIO COMO CATEGORIA AUTÔNOMA INDENIZÁVEL.....	657
26.1. Discussão	657
26.2. Da inexistência de dano estético indenizável – lesão temporária e reversível.....	659
Conclusão.....	666

Capítulo XXVII

QUESTÕES ÉTICO-LEGAIS NA PRÁTICA ODONTOLÓGICA BRASILEIRA	671
Introdução	672
27.1. Princípios Éticos Fundamentais na Odontologia Brasileira	673
27.1.1. Autonomia	673
27.1.2. Não Maleficência.....	674
27.1.3. Beneficência	674
27.1.4. Justiça	675
27.2. Consentimento Informado na Odontologia Brasileira.....	676
27.2.1. Conceito e Fundamentação Jurídica.....	676
27.2.2. Tipos de Consentimento	676
27.2.3. Critérios Jurídicos para a Validade do Consentimento	677
27.2.4. Consentimento para Uso de Imagem	678
27.2.5. Exceções Legais ao Consentimento.....	678
27.2.6. Consentimento em Contexto de Procedimentos Estéticos	679
27.3. Sigilo Profissional e Proteção de Dados	679
27.4. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na Prática Odontológica.....	679
27.4.1. Dados Pessoais e Sensíveis na Odontologia.....	680
27.4.2. Bases Legais para o Tratamento de Dados na Odontologia	680

27.4.3.	Direitos dos Pacientes (Titulares de Dados)	680
27.4.4.	Obrigações do Cirurgião-Dentista e da Clínica	681
27.4.5.	Uso de Imagens e Publicidade.....	681
27.4.6.	Penalidades por Descumprimento	682
27.4.7.	Recomendações Práticas	682
27.5.	Responsabilidade Civil, Penal e Ética do Cirurgião-Dentista no Brasil	683
27.5.1.	Responsabilidade Civil.....	683
27.5.2.	Responsabilidade Penal	684
27.5.3.	Responsabilidade Ética e Administrativa.....	685
27.6.	Publicidade, Marketing e Redes Sociais na Odontologia: Limites Éticos e Implicações Jurídicas.....	686
27.6.1.	Fundamento Ético: O Código de Ética Odontológica	686
27.6.2.	Resolução CFO nº 196/2019: Normas Específicas de Publicidade	686
27.6.3.	Redes Sociais: Exposição, Risco e Responsabilidade	687
27.6.4.	Consequências Éticas e Judiciais.....	688
27.6.5.	Boas Práticas Recomendadas	688
27.7.	Proteção Jurídica por Meio do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional na Odontologia Brasileira	689
27.7.1.	Coberturas mais comuns.....	689
27.7.2.	Riscos e Situações Não Cobertas.....	690
27.7.3.	Contratação: Critérios e Valores.....	690
27.7.4.	Importância diante da Judicialização da Saúde	691
27.8.	Gestão de Prontuários e Documentação Clínica na Odontologia Brasileira.....	691
27.8.1.	Conceito e Finalidade do Prontuário Odontológico	691
27.8.2.	Obrigatoriedade Legal e Normativa	692
27.8.3.	Conteúdo Mínimo do Prontuário	692
27.8.4.	Tempo de Guarda e Preservação.....	693
27.8.5.	Sigilo, Acesso e Compartilhamento	693
27.8.6.	Valor Probatório e Defesa Profissional.....	694
27.8.7.	Recomendações Práticas	694
27.9.	Particularidades Ético-Legais no Atendimento Infantil, de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência	694
27.9.1.	Atendimento Odontológico Infantil (Crianças e Adolescentes)	695
27.9.2.	Atendimento à Pessoa Idosa.....	695
27.9.3.	Atendimento à Pessoa com Deficiência.....	696
27.9.4.	Implicações Éticas e Legais da Inobservância.....	697
Conclusão		697
REFERÊNCIAS		701